



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Antônio Carlos Alves da Silva
Av. Martins de Barros nº 593, Santo Antônio, Recife-PE – CEP: 50010-230. Tels.: (81) 3419-3672 / 3419.3742 (fax)

HABEAS CORPUS Nº 0003846-89.2014.8.17.0000 (332.942-6)

Impetrante(s): Sandra Cassiano Perez Rivera

Paciente(s): Cirilo Leandro Pedrosa

Juízo: 4ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca do Recife-PE

Processo original nº 11464-87.2011.8.17.0001

Relator: Des. Antônio Carlos Alves da Silva

Relator Substituto: Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio

2ª Câmara Criminal

EMENTA: *HABEAS CORPUS*. PRISÃO PREVENTIVA DECRETADA. ACUSADO ESTAVA RESPONDENDO EM LIBERDADE. BENEFÍCIO SUSPENSO PELO JUÍZO. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. DENEGÇÃO DA ORDEM. A CONSTRIÇÃO CAUTELAR DO PACIENTE É MEDIDA ACERTADA E COERENTE A FIM DE PRESERVAR O ANDAMENTO DO FEITO, POIS ESTAVA EM LIBERDADE E APÓS O RECEBIMENTO DA DENÚNCIA NÃO COMPARECEU EM JUÍZO, MESMO SENDO DEVIDAMENTE INTIMADO; E MAIS: CHEGOU AO CONHECIMENTO DO JUDICIÁRIO QUE ELE ESTARIA TENDO ATITUDES NO SENTIDO DE INTIMIDAR A VÍTIMA. PORTANTO, ESTES FATOS ENSEJAM O DECRETO PREVENTIVO E FORAM EFETIVAMENTE LANÇADOS NO DECRETO PRISIONAL. DESTARTE, NÃO HÁ QUE SE FALAR EM FALTA DE JUSTA CAUSA PARA O DECRETO PRISIONAL DO PACIENTE, UMA VEZ QUE A DECISÃO DO MAGISTRADO DE PRIMEIRO GRAU CONSEGUIU DELINEAR DE FORMA CONCRETA E FUNDAMENTADA OS MOTIVOS DA DECRETAÇÃO QUE VISAM GARANTIR O ANDAMENTO DA INSTRUÇÃO PROCESSUAL. ALEGAÇÃO DE CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS, INCIDE NO CASO CONCRETO A SÚMULA Nº 86/TJPE. ORDEM DENEGADA. DECISÃO UNÂNIME.




57

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Antônio Carlos Alves da Silva
Av. Martins de Barros nº 593, Santo Antônio, Recife-PE – CEP: 50010-230. Tels.: (81) 3419-3672 / 3419.3742 (fax)

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos dos ***habeas corpus*** nº **0003846-89.2014.8.17.0000 (332.942-6)**, em que figuram como partes as acima referidas, acordam os Desembargadores componentes da Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, na sessão do dia **28 / 05 / 2014**, **por unanimidade, em denegar a ordem**, tudo conforme consta do relatório e do voto digitado em anexo, que passam a fazer parte do julgado.

Recife, **28** de **05** de 2014.


Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio
Relator Substituto



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete do Desembargador Antônio Carlos Alves da Silva

Av. Martins de Barros nº 593, Santo Antônio, Recife-PE – CEP: 50010-230. Tels.: (81) 3419-3672 / 3419.3742 (fax)

HABEAS CORPUS Nº 0003846-89.2014.8.17.0000 (332.942-6)

Impetrante(s): Sandra Cassiano Perez Rivera

Paciente(s): Cirilo Leandro Pedrosa

Juízo: 4ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca do Recife-PE

Processo original nº 11464-87.2011.8.17.0001

Relator: Des. Antônio Carlos Alves da Silva

Relator Substituto: Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio

2ª Câmara Criminal

RELATÓRIO

O presente pedido de ordem de *habeas corpus* liberatório com pedido liminar foi impetrado em 08/04/2014 pela Assessoria Jurídica do Complexo Prisional do Curado (PJLALLB) - Sandra Cassiano Perez Rivera - em favor de **CIRILO LEANDRO PEDROSA (filho de Manoel Leandro Pedrosa e de Maria Rosa Pedrosa)**.

Sustenta a impetrante que o paciente encontra-se preso desde o dia 06 de março de 2014, pela suposta prática do delito disposto no art. 121 do Código Penal Brasileiro.

Assevera que o acusado estava respondendo o processo nº 11464-87.2011.8.17.0001 em liberdade, contudo tal benefício foi suspenso pelo juízo da 4ª Vara do Júri da Capital-PE em virtude do paciente não ter comparecido a audiência e pelo fato do Promotor de Justiça ter aduzido que o réu é pessoa perigosa.

Contudo, sustenta que o Paciente é primário, tem residência fixa, é idoso com quase 80 (oitenta) anos de idade, e que a sua condição física e mental não demonstra qualquer perigo a sociedade.

Assim, defende que estão ausentes os pressupostos da prisão preventiva e requereu liminarmente a expedição de Alvará de Soltura, em favor do acusado para que possa aguardar o julgamento do processo em liberdade e, no mérito, que seja concedida a ordem.

Anexou a peça inicial alguns documentos, dentre eles o decreto prisional (fls.04 e ss.).

59
eA



60

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Antônio Carlos Alves da Silva
Av. Martins de Barros nº 593, Santo Antônio, Recife-PE – CEP: 50010-230. Tels.: (81) 3419-3672 / 3419.3742 (fax)

O então Relator deste processo – Des. Antonio Carlos Alves da Silva – indeferiu a medida liminar requerida em decisão de fls. 20-21.

Adiante o juízo de primeiro grau apresentou seus informes fazendo um resumo do andamento do feito, e pontuando pela necessidade da segregação cautelar e anexou cópia da Denúncia e da decisão aqui questionada (fls. 28 e ss.).

A Procuradoria Geral de Justiça, por fim, apresentou seu parecer opinando pela DENEGAÇÃO DA ORDEM.

Eis, o relato dos pontos relevantes ao julgamento deste feito.

Passo agora a proferir o meu Voto.

VOTO

Como se viu o argumento-mor deste habeas corpus é no sentido de que a prisão cautelar é desnecessária, pois nem estão presentes os requisitos processuais e somado a isso o paciente, além de idoso, apresentaria condições pessoais favoráveis para responder ao processo em liberdade.

No entanto, a partir da leitura do decreto prisional somado com as detalhadas informações da autoridade impetrada, estou convicto que não deve ser concedida a ordem.

Entendo que no caso vertente a constrição cautelar do Paciente é medida acertada e coerente a fim de preservar o andamento do feito, pois estava em liberdade e após o recebimento da denúncia não compareceu em juízo, mesmo sendo devidamente intimado; e mais: chegou ao conhecimento do Judiciário que ele estaria tendo atitudes no sentido de intimidar a vítima. Portanto, estes fatos ensejam o decreto preventivo e foram efetivamente lançados no decreto prisional (de 05/02/2014) conforme se vê abaixo:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Antônio Carlos Alves da Silva
Av. Martins de Barros nº 593, Santo Antônio, Recife-PE – CEP: 50010-230. Tels.: (81) 3419-3672 / 3419.3742 (fax)

Omissis.....

Compulsando-se os autos, verifica-se que o acusado Cirilo Leandro Pedrosa foi devidamente intimado (fl. 66) da audiência de instrução e julgamento realizada no dia 27/01/2014, mas, mesmo ciente da audiência, deixou de comparecer, sem sequer justificar sua ausência, demonstrando total descaso para com a Justiça.

Conforme depreende-se do despacho exarado, fl. 68, a informação trazida pela vítima foi no sentido de que o acusado, no momento da audiência, estaria sentado na calçada de sua casa. Observa-se por informações colhidas em audiência e asseveradas pelo Representante do Parquet, fls. 71/72, que a vítima estaria com certo temor, em face da proximidade do acusado para com a mesma, uma vez que o denunciado reside muito próximo à sua casa. Para tanto, o Ilmo. Promotor de Justiça aportou o decisum de fl. 44, em que foram impostas Medidas Cautelares ao acusado.

É cediço que a segregação cautelar é medida de caráter excepcional, somente cabível quando presentes os requisitos autorizadores de um decreto preventivo e não se revelar eficiente a imposição de medidas cautelar diversas da prisão, afigurando-se tal medida, pois, imprescindível neste caso concreto por todo o aqui sopesado.

Diante dos argumentos acima esposados, **DECRETO A PRISÃO PREVENTIVA** de CIRILO LEANDRO PEDROSA, como garantia da ordem pública, para conveniência da instrução criminal e para assegurar a aplicação da lei penal com o teor dos artigos 13, inciso IV, 312 e 313, incisos I e II, todos do Código de Processo Penal, uma vez que estão presentes os requisitos constantes do art. 312 do CPP; com a redação dada pela Lei nº 12.403, de 04 de maio de 2011, uma vez que as medidas cautelares diversas da

61
CA 3



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete do Desembargador Antônio Carlos Alves da Silva

Av. Martins de Barros nº 593, Santo Antônio, Recife-PE – CEP: 50010-230. Tels.: (81) 3419-3672 / 3419.3742 (fax)

prisão se revelam inadequadas ou insuficientes para o correto andamento do feito. Expeça-se MANDADO DE PRISÃO em desfavor de Cirilo Leandro Pedrosa

Omissis.....

(grifei)

Como dito os atos praticados pelo próprio Paciente não lhe credenciam a aguardar seu julgamento em liberdade, sendo oportuno destacar que o Parecer da Promotoria de Justiça traz detalhes importantes que corroboram com o decreto prisional (vide fls. 39-40).


Destarte, não há que se falar em falta de justa causa para o decreto prisional do Paciente, uma vez que a decisão do magistrado de primeiro grau conseguiu delinear de forma concreta e fundamentada os motivos da decretação que visam garantir o andamento da instrução processual.

Quanto à alegação de que o Acusado apresenta condições pessoais favoráveis a responder em liberdade, já é ponto pacífico neste Tribunal que, tais atributos não têm o condão de, isoladamente, garantirem a revogação da prisão preventiva. Esse é o entendimento dos tribunais superiores e, em especial, da SÚMULA nº 86 do TJPE: "As condições pessoais favoráveis ao acusado, por si sós, não asseguram o direito à liberdade provisória, se presentes os motivos para a prisão preventiva".

Ante os argumentos expostos acima, **VOTO PELA DENEGAÇÃO DA ORDEM.**

É como voto

Recife, 28 de 05 de 2014.


Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio
Relator Substituto